

## ■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Plenário

#### Pauta Prevista para 09 a 13 de outubro

**Requerimento nº 3.307**, de 2023, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.416, de 2021, do Sr. Júlio Cesar, que altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)

**Projeto de Lei nº 2.757**, de 2022 (do Senado Federal) Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997. Aprovado de Requerimento de urgência Nº 1.829/2023, em 01/08/2023. Relator: Dep. Airton Faleiro (PT-PA), em 03/08/2023

### Comissões

#### COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS

##### Pauta de reunião – dia 10/10/2023

**Projeto de Lei nº 10.782/2018** - da Sra. Erika Kokay - que “altera o art. 1.048 do Código de Processo Civil para garantir prioridade na tramitação dos processos que envolvam a demarcação de terras indígenas e a

titulação de propriedade a comunidades remanescentes de quilombos”. Relatora: Deputada Dilvanda Faro – Parecer: pela aprovação Vista ao Deputado Coronel Chrisóstomo, em 26/09/2023

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Audiência Pública - Tema: Financiamento das políticas públicas socioambientais 09/10/2023 às 14:30 - requerimento do deputado Nilto Tat-**

**to Convidados:** Ana Toni - Secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA; Matias Rebello Cardomingo - Coordenador-Geral de Análise de Impacto Social e Ambiental, Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda; Alessandra Cardoso - Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC; Arnaldo de Campos - Representante do Observatório de Economias da Sociobiodiversidade (ÓSocioBio); Suely Araújo - Especialista Sênior em Políticas Públicas do Observatório do Clima; Caetano Scannavino - Coordenador do Projeto Saúde e Alegria; Rogenir Costa - Coordenadora Programática da Fundación Avina; Tereza Campelo - Diretora Socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

##### Pauta da reunião - 10/10/2023

Requerimento nº 155/2023 - do Sr. Airton Faleiro - que “solicita Audiência Pública para debater as condições de trabalho na mineração da brasileira, a saúde das

trabalhadoras e dos trabalhadores das atividades de mineração, os impactos das alterações das legislações trabalhista e previdenciária na prevenção da segurança e saúde das trabalhadoras e trabalhadores e a precarização do trabalho no setor de mineração”.

Projeto de Lei nº 3.880/2021 - do Sr. Pinheirinho - que “cria o Programa Nacional de Apoio à Mineração de Pequena Escala (PNAMPE) que dispõe sobre incentivos à pequena mineração”. Relator: Deputado Evair Vieira de Melo. Parecer: pela aprovação

## SENADO FEDERAL

### Plenário – pauta ainda sem publicação

#### Comissões

#### CPI DAS ONGS – CPIOGS –

Reunião no dia 10 de outubro de 2023

Depoimento - Convidado – Marcelo Xavier Ex-Presidente da Funai Requerimento: 5/2023

#### Presidente do Senado e da Câmara no exterior

Rodrigo Pacheco e Arthur Lira viajarão para fora do Brasil nas próximas semanas, em meio à ofensiva de parlamentares contra STF e governo. Pacheco levará um grupo de senadores para a Europa. Ao todo, o presidente do Senado deve ficar fora do Brasil de 10 a 16 de outubro. Devem acompanhar Pacheco na viagem os senadores Davi Alcolumbre (União-AP), Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), Ciro Nogueira (PP-PI), Daniella Ribeiro (PSD-PB) e Giordano (MDB-SP). Já Lira, ficará ainda mais tempo afastado do Brasil. O presidente da Câmara fará uma viagem com lideranças da Câmara à Ásia, onde visitará a Índia e a China. Lira embarcará em 10 de outubro e retornará ao Brasil apenas no dia 20.

### Pacote do Veneno é retirado de pauta na CMA

O Senador Fabiano Contarato (PT/ES) solicitou no dia 4/10 a retirada de pauta do Pacote do Veneno para uma nova análise do texto. Na semana passada, foi lido o relatório do Senador Contarato, contendo uma série de modificações ao texto que já havia sido aprovado da Comissão de Agricultura do Senado (CRA). No entanto, deputados alinhados à bancada ruralista fizeram pedido de vista para ter mais tempo para analisar a matéria. A decisão de retirar o pacote de pauta demonstra que não há acordo entre os parlamentares para a aprovação do projeto. Enquanto isso, centenas de organizações manifestam oposição ao Pacote do Veneno, alertando sobre os riscos que o PL representa para a saúde humana e a biodiversidade, além de criticar a falta de diálogo com a sociedade por parte da Comissão de Meio Ambiente do Senado.

## Frente parlamentar do agro busca consenso para votar projeto de lei dos pesticidas

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (PP-PR), disse que o projeto de lei dos pesticidas, que altera regras para registro, produção e uso de agrotóxicos no país (PL 1459/2022), foi retirado da pauta da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal na quarta-feira (4/10) para dar prazo de buscar consenso com o relator, senador Fabiano Contarato (PT-ES), sobre alguns trechos. A expectativa é que a matéria volte para análise da comissão daqui duas semanas. A proposta é defendida pelo setor produtivo, a bancada ruralista e o Ministério da Agricultura. O argumento é que o projeto torna o processo de registro de novas moléculas mais célere. Atualmente, uma liberação assim demora cerca de oito anos. Outro ponto de destaque do projeto é o estabelecimento da análise de risco no lugar da análise de perigo para a aprovação dos pesticidas. Ambientalistas e parlamentares contrários à proposta batizaram a matéria de PL do Veneno. Segundo eles, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) perdem atribuições no processo de registro e fiscalização dos agrotóxicos. O PL 1.459/2022 é um substitutivo de uma proposta inicial que tramita desde 1999 no Congresso e que foi aprovada em fevereiro do ano passado na Câmara.

## Frente Parlamentar Indígena

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, formada por 40 organizações da sociedade civil e coordenada pela deputada indígena Célia Xakriabá (Psol-MG), se posiciona pelo Veto Total do Presidente Lula ao PL 2.903/23 e segue monitorando as novas atualizações. "O discurso unificado entre

os integrantes da frente é que tudo começa por uma decisão de Lula de vetar o projeto na íntegra. Depois haveria a batalha para tentar enterrá-lo em votação nas Casas legislativas [...] É imprescindível, dizem as entidades, que figuras proeminentes do governo, como o próprio presidente, entrem de corpo e alma em todo esse processo político e jurídico."

## Polícia Federal investiga desvios de medicamentos destinados aos Yanomami

A Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã da quarta-feira (4) a segunda fase da Operação Yoasi, para investigar suspeitos de lavar recursos oriundos do desvio de medicamentos destinados ao povo Yanomami. Na primeira fase, deflagrada em 30 de novembro de 2022, os policiais investigaram um esquema criminoso que teria deixado mais de 10 mil crianças Yanomami desassistidas, ao entregar apenas 30% dos medicamentos adquiridos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami. Um dos alvos da operação é suspeito de ter repassado R\$ 4 milhões para a empresa investigada na Operação Yoasi. Ele foi preso na Operação Hipóxia, deflagrada em setembro, que investigou o superfaturamento de oxigênio destinado aos Yanomami.

## Fraude na Amazônia: empresas usam terras públicas como se fossem particulares para vender créditos de carbono a gigantes multinacionais

Cinco empresas brasileiras e três estrangeiras (uma americana, uma canadense e uma britânica) usaram terras públicas na Amazônia para lucrar, de forma irregular, com a venda de créditos de carbono para gigantes multinacionais, segundo a Defensoria Pública do Estado do Pará. Os casos foram levados à Justiça pela própria Defensoria Pública do Pará, que entrou

com três ações civis públicas na Vara Agrária de Castanhal contra os envolvidos em três projetos de crédito de carbono, localizados na área rural de Portel.

Entre as multinacionais, estão empresas mundialmente conhecidas, como farmacêuticas, companhias aéreas e até um time de futebol da Inglaterra. Elas compraram esses créditos para compensar as próprias emissões de gases do efeito estufa. As compras foram feitas de modo legal, na maior certificadora de venda de créditos de carbono no mundo, a Verra, sem indicativos de que poderia haver problemas nos créditos. As multinacionais não são alvo das ações da Defensoria Pública. Os processos são contra as empresas que geraram os créditos de carbono. A Defensoria do Pará aponta problemas com os projetos: Os responsáveis dizem que os projetos estão em propriedades particulares, mas, na verdade, eles estão localizados em terras públicas estaduais; Como estão em terras públicas, esses projetos precisavam ter tido alguma autorização dos órgãos do governo local, o que não aconteceu; As comunidades ribeirinhas, que vivem em assentamentos agroextrativistas, demarcados pelo governo do Pará, deveriam ter sido consultadas sobre esses projetos, para dizer se concordavam ou não com eles. Segundo a Defensoria e ribeirinhos, isso também não aconteceu. As ações da Defensoria mostram que atores privados estão ganhando dinheiro com terras públicas de floresta, mas sem a permissão do estado ou qualquer retorno para as famílias da região.

## Frente Parlamentar Ambientalista

A Frente Parlamentar Ambientalista tem um novo desafio: lidar com uma formação do congresso ainda mais conservadora do que a anterior. A bancada ruralista, principal foco de divergência às pautas ambientalistas, elegeu 324 deputados e 50 senadores, mais

do que o necessário para aprovação de uma emenda à Constituição. O coordenador da bancada ambientalista na Câmara, Nilto Tatto (PT-SP), conta que o bloco precisou rever suas estratégias diante do novo cenário político. Além de redesenhar sua forma de atuação, a frente parlamentar passa a contar com o apoio do governo federal, o que garante uma força maior na capacidade de articulação. Se por um lado os principais desafios enfrentados pela frente parlamentar prevalecem, a nova abordagem permitiu novos resultados ao longo dos dez primeiros meses da nova legislatura. Apesar da Câmara aprovar pautas contrárias ao interesse ambiental, como o marco temporal e a redução da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o olhar ecológico conseguiu entrar em itens de forte interesse nacional, como a reforma tributária e o arcabouço fiscal.

A tendência, conforme aponta o deputado, é de manutenção dessa estratégia de inclusão da pauta ambiental em debates dos demais setores. Dessa forma, a bancada espera auxiliar o governo com o plano de realizar a transição do sistema econômico brasileiro para um modelo econômico sustentável, tema que ganha importância reforçada com o aumento dos desastres climáticos extremos. Alguns desafios, porém, ele relembra que são inevitáveis para essa transição. Isso inclui necessariamente reformar o agronegócio brasileiro, setor que resiste a mudanças legislativas que fortaleçam órgãos de fiscalização e modelos de negócios que não tragam lucro imediato.

## PL do Veneno. “PL afetará de forma substancial a saúde e o meio ambiente”, alerta a Fiocruz

O comunicado foi elaborado por pesquisadores que compõem o Grupo de Trabalho (GT) Agrotóxicos

e Saúde da Fiocruz. O GT foi criado em fevereiro de 2022, para proposição e acompanhamento de políticas públicas, desenvolvimento técnico científico e demandas dos movimentos sociais para a promoção, proteção e o cuidado da saúde humana, animal e dos ecossistemas, frente às nocividades dos agrotóxicos. “A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vem a público manifestar sua preocupação quanto aos possíveis prejuízos para o ambiente e à saúde da população decorrentes do Projeto de Lei (PL) 6.299/2002, cujo relatório será submetido à apreciação da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Apesar de alguns avanços apresentados no Relatório, o referido Projeto de Lei, se aprovado no Senado da República, promoverá danos irreparáveis aos processos de registro, monitoramento e controle de riscos e dos perigos dos agrotóxicos no Brasil, responsáveis por graves danos à saúde humana e ao ambiente.

## Ailton Krenak é o primeiro indígena a entrar para a Academia Brasileira de Letras

Ailton Krenak foi eleito, na tarde da quinta-feira (5), para a Academia Brasileira de Letras, uma instituição que abriga estátuas e “imortais”. Uma das funções da casa, inclusive, é a de preservar o legado de figuras notáveis da nossa cultura. Krenak está agora entre elas: ele ocupará a cadeira 5 da ABL, vaga desde a morte de José Murilo de Carvalho, em agosto. Mais do que isso: é o primeiro indígena a figurar no quadro de acadêmicos, mostrando que a academia vem se abrindo aos pedidos por diversidade nos últimos anos. Favorito desde o início, Krenak recebeu 23 votos, superando a historiadora Mary Del Priore (12 votos) e outro representante indígena, o escritor Daniel Munduruku (3 votos). Ao contrário dos seus concorrentes, o novo imortal não fez campanha, ficando a maior parte do seu tempo na Reserva Indígena Krenak, no município de Resplendor, no estado de Minas Gerais.

## Amazônia em colapso

Focos de queimadas por todo lado, fumaça encobrindo florestas e cidades, rios secando em uma velocidade nunca antes registrada, provocando a mortandade de animais, com recordes de temperatura dentro e fora da água. No desidratado lago de Tefé, no Médio Solimões, interior do Amazonas, onde mais de 120 botos morreram desde a semana passada, a água chegou a 40°C, oito acima da média. Enquanto isso, os termômetros em Manaus bateram o recorde histórico três vezes em uma semana. Cidades inteiras, cujo acesso só se dá pelos rios, correm o risco de ficar isoladas – 40 dos 62 municípios do Amazonas já decretaram emergência. Único meio de transporte em muitas delas, barcos e balsas estão encalhados nos leitos dos rios, carregados com alimentos, mantimentos e medicamentos que, em breve, devem faltar na mesa dos mais pobres e pesar no bolso de quem ainda puder pagar por eles. Leia o artigo completo no site: <https://umagotanooceano.org/amazonia-em-colapso/>

## Governo Federal inicia nova desintrusão de Terras Indígenas no Pará

Em cumprimento a determinação judicial, o Governo Federal inicia nesta segunda-feira, 2 de outubro, mais uma ação de desintrusão de terra indígena para devolver aos povos originários a posse e o direito de uso exclusivo de seus territórios, conforme determina o artigo 231 da Constituição Federal. A operação consiste na retirada de não indígenas que ocupam irregularmente parte das terras Apyterewa (homologada em 2007) e Trincheira Bacajá (homologada em 1996), localizadas entre os municípios de São Félix do Xingu, Altamira, Anapú e Senador José Porfírio, no Pará. Nas terras homologadas vivem cerca de 2.500 indígenas

das etnias Parakanã, Mebengôkre Kayapó e Xikrim, distribuídos em 51 aldeias. Há também registros de indígenas isolados e de recente contato no território.

## **Barroso, do STF, homologa operação do governo Lula contra invasores de terras indígenas no Pará**

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, homologou uma operação de desintrusão de terra indígena iniciada pelo governo federal na segunda-feira (2). A ação busca retirar pessoas que ocupam irregularmente parte dos territórios Apyte-

rewa e Trincheira Bacajá, localizados no Pará. De acordo com o governo, a presença de não indígenas tem ameaçado a integridade de povos originários e das florestas. Ao homologar a operação, Barroso determinou que, ao fim dos trabalhos, parte do efetivo permaneça no local para evitar que invasores voltem às terras indígenas ou então que haja eventuais represálias contra as comunidades. Além do STF, a operação conta com o aval da PGR (Procuradoria-Geral da República) e da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil).